

Prioridades da Presidência Portuguesa da UE na Cooperação para o Desenvolvimento

Portugal assume a presidência da União Europeia num momento de especial importância para o aprofundamento da cooperação para o desenvolvimento da União Europeia. É o fim do "ciclo Lomé" e o início de um novo ciclo onde se adivinha continuidades e novidades no relacionamento entre a UE e os seus parceiros de África, das Caraíbas e do Pacífico. É, acima de tudo, um momento de reflexão sobre mais de três décadas de cooperação, sobre os resultados – em muitos casos pouco satisfatórios – desta cooperação, e sobre os instrumentos com que se trabalha.

Este início de um novo século revela-se um momento propício para reencontrar uma política de cooperação ambiciosa face aos índices de subdesenvolvimento humano em muitos países parceiros da UE.

Com esta meta em mente, os objectivos centrais da presidência portuguesa podem ser resumidos em três palavras: coerência, eficiência e influência: coerência entre as necessidades dos nossos parceiros e as nossas propostas, coerência entre as políticas de cooperação dos Estados-membros e da própria UE,



e coerência entre as várias políticas da UE que afectam os nossos parceiros; eficiência na utilização dos recursos públicos utilizados pela UE para a promoção do desenvolvimento nos países parceiros; e influência da UE que, sendo de longe o maior doador internacional, pouco tem sabido contribuir para a discussão dos grandes temas da cooperação internacional.

Os objectivos propostos, que são estruturantes para o futuro da cooperação europeia, não são realizáveis no curto espaço de tempo de uma presidência. O que se pretende não é, naturalmente, terminar a presidência com estes capítulos encerrados. Pelo contrário: aquilo que se pretende é lançar e orientar um processo que conta com a mobilização e a conjugação de vontades dos nossos parceiros europeus, e que perdurará durante vários anos. Estes objectivos ganham corpo e realidade em várias áreas que serão privilegiadas pela presidência

portuguesa, entre as quais se destacam as seguintes.

I. Nova parceria com África

Nas últimas décadas do século XX verificaram-se importantes mudanças na configuração económico-política do panorama internacional, nomeadamente através dos processos paralelos de globalização de mercados e de dissolução da Guerra Fria. Estas importantes transformações representam desafios de grande porte para o continente africano, que é, de todos os continentes, aquele que está menos equipado para lidar com as transformações em curso.

A União Europeia tem, através das convenções de Yaoundé e Lomé, um relacionamento privilegiado com os países de África, das Caraíbas e do Pacífico, um relacionamento que faz parte do património do percurso histórico da integração europeia.

O relacionamento histórico encontra-se hoje no limiar de uma nova era, correspondente às novas necessidades que se fazem sentir tanto do lado europeu como do lado africano. Em África sente-se de forma premente a necessidade de encontrar novos caminhos para equipar devidamente as populações africanas para os novos desafios que se enfrentam a nível internacional. Na Europa o processo de integração tem registado importantes avanços na desenvolvimento de uma política externa e de segurança comum, nomeadamente com o elaboração de políticas comuns europeias em relação à Rússia, ao Mediterrâneo e a outras partes do Mundo.

No plano internacional mais alargado, registaram-se nos últimos anos importantes iniciativas que resultam da consciência dos problemas específicos de desenvolvimento do continente africano.

Salientam-se, entre outras, as iniciativas de Kofi Annan, secretário-geral das Nações Unidas, a realização de uma cimeira a nível de chefes de Estado entre os Estados Unidos e o continente africano, a renovada atenção prestada pelo Japão à cooperação com África, e a produção de documentos especificamente dirigidos à problemática do desenvolvimento em África pelas instituições Bretton Woods. Apesar de ser o maior doador internacional para o desenvolvimento em África, a União Europeia ainda não articulou uma visão própria sobre o relacionamento entre os dois continentes.

A presidência portuguesa propõe-se lançar uma discussão, que se pretende profunda e alargada no tempo, sobre o desenvolvimento de uma política comum europeia para o continente africano. Esta discussão tocará diversas matérias e será desenvolvida no contexto de um diálogo constante com os nossos parceiros africanos.

Em Janeiro realizar-se-á um Conselho Informal de Ministros do Desenvolvimento dedicado a debater o papel da União Europeia na prevenção de conflitos e na gestão de

situações de conflito e de pós-conflito em África, tendo em vista a promoção do desenvolvimento no continente. Este debate informal será seguido por um Seminário de Alto Nível, em Lisboa, ainda durante a presidência portuguesa dedicado a discutir os mesmos temas com convidados africanos.

II. O Papel da UE na dinamização internacional do desenvolvimento

A presidência portuguesa dará grande importância à promoção de uma posição própria e coerente da União Europeia nas principais discussões internacionais sobre o desenvolvimento. Nas últimas décadas, apesar de ser o maior doador internacional, a UE não tem sido capaz de adoptar uma postura de liderança na dinamização internacional do desenvolvimento. No plano internacional a ausência de liderança europeia a este nível contribuiu para a descoordenação internacional que é hoje reconhecida como um dos factores no sucesso relativamente parco da cooperação para o desenvolvimento.

A nível internacional o Banco Mundial tem assumido a liderança nesta matéria, e precisa de interlocutores à altura. Simultaneamente, a nível interno na União Europeia regista-se um forte impulso no sentido da consolidação e da promoção da política externa e de segurança comum, e a política de cooperação da UE tem de ser entendida também nesta óptica.

Ao longo da presidência portuguesa discutir-se-á uma estratégia global europeia para o desenvolvimento, destinada a indicar, pela primeira vez, uma orientação filosófica e prática clara para toda a cooperação de desenvolvimento da UE. Esta discussão será feita com base num documento de trabalho produzido pelos serviços da Comissão Europeia, e a presidência portuguesa orientará a discussão desta matéria,

contando desde já com a colaboração da Alemanha, que propôs a realização de um seminário sobre o assunto em Berlim em Abril.

Na mesma linha de orientação propõe-se também a realização de um Encontro de Alto Nível sobre o financiamento para o desenvolvimento. O tema da arquitectura internacional do financiamento para o desenvolvimento será um tema prioritário durante os anos 2000 e 2001 em vários contextos internacionais, entre os quais a OCDE e a Assembleia Geral das Nações Unidas. Pretende-se, com a realização de um Encontro de Alto Nível em Portugal, contribuir para o desenvolvimento de uma posição comum europeia, que poderá servir de base de entendimento para os vários blocos internacionais envolvidos nesta discussão.

III. Aprofundamento da coordenação, da complementaridade e da coerência

A promoção do papel da União Europeia em matéria de desenvolvimento requer a continuação e o aprofundamento de trabalho já feito a nível do melhoramento da eficiência da cooperação europeia. Em particular destacam-se três âmbitos nos quais se dará um impulso a reformas em curso e por fazer.

(i) A coordenação das políticas de cooperação dos Estados-membros. Sem prejuízo para as opções soberanas de cada Estado em matéria de cooperação, é evidente que a promoção de um papel da UE no palco internacional passa por uma melhor coordenação no terreno das cooperações bilaterais de cada Estado-membro e da cooperação da UE.

(ii) O reforço da coordenação tem por objectivo estimular a complementaridade nas políticas de cooperação dos Estados-membros e da União Europeia. No seguimento das análises já efectuadas e de outras em curso, a presidência portuguesa pro-

moverá a discussão sobre as iniciativas necessárias para melhorar a complementaridade.

(iii) Uma política global *coerente* da UE requer um aprofundamento dos debates já havidos sobre a coerência entre a política de cooperação da UE e outras políticas sectoriais, tendo como objectivo contribuir para o desenvolvimento sustentável dos PVD.

Várias iniciativas concretas estão já agendadas para a presidência portuguesa nesta área. Entre elas destacam-se as seguintes:

- Avaliação da ajuda humanitária da UE;
- Discussão de um plano de acção para a implementação dos resultados da avaliação dos instrumentos e programas de desenvolvimento da Comunidade Europeia;
- Promoção da coordenação sectorial nos PVD;
- Coordenação operacional do financiamento às ONGs.

IV. Acordo pós-Lomé

A Convenção de Lomé caduca a 29 de Fevereiro de 1999 e as negociações entre a UE e os países ACP para uma nova convenção estão já razoavelmente avançadas. Existem no entanto alguns pontos delicados que requerem a atenção e o empenho da presidência da UE. Portugal dedicará todas as energias necessárias para assegurar que se chegue a um acordo em Fevereiro, de forma a poder assinar-se a nova convenção em Maio.

Para além do empenho em levar a bom porto as negociações políticas do novo acordo, a presidência portuguesa será responsável por vários aspectos formais indispensáveis ao funcionamento do novo acordo.

Destacam-se a preparação dos textos para a assinatura, a preparação de um instrumento transitório, a finalização do protocolo financeiro (9º Fundo Europeu para o Desenvolvi-

mento), e a preparação da cerimónia formal de assinatura.

V. Timor-Leste

Portugal apoia a reabilitação, o desenvolvimento e o processo de transição para a independência em Timor-Leste a nível bilateral e a nível multilateral, incluindo-se neste último âmbito a cooperação da UE com Timor-Leste. No primeiro semestre de 2000 Portugal acompanhará atentamente a elaboração de um programa da Comissão Europeia para o apoio ao desenvolvimento e à transição em Timor-Leste.

As áreas de intervenção da presidência portuguesa não se esgotam neste curto resumo. Portugal dará continuidade a várias iniciativas actualmente em curso como, por exemplo, a integração de princípios ambientais nas políticas de cooperação, ou uma resolução sobre o papel específico das mulheres em situações de pós-conflito. ●

